

Novela contra saúde

O governador Vilson Kleinubing não quer de jeito nenhum que Santa Catarina tenha um Fórum Popular de Saúde. Ainda não deu bem para entender por quê..., mas a história é a seguinte: o Conselho Estadual de Saúde já estava criado quando, no dia 5 de junho, foi baixada uma resolução que trata da composição do Conselho. Com ela, ficou tudo nas mãos do governo estadual, não existe nenhuma representação de entidades populares (antes eram cinco), nem de federação de trabalhadores. Será que é medo da fiscalização sobre os recursos aplicados?



Sem resposta

Outra escamoteada do governador Kleinubing é sobre a venda de ações da Celesc. Nesta semana completamos um mês do "affair" da venda de ações da empresa na Bolsa de São Paulo. Elas estavam nas mãos do Banco Morgan. Até agora ninguém deu nenhuma satisfação à população sobre o negócio.

Mais uma por Gazaniga

Nesta quarta-feira, 42 sindicatos e federações de trabalhadores do setor elétrico brasileiro, deram entrada no Palácio do Planalto, a um pedido ao presidente Itamar Franco para a exclusão do senhor Amílcar Gazaniga do Conselho de Administração da Eletrosul. Na entrega do documento o CNE descobriu que entre vários pedidos relacionados ao caso, havia um assinado pelo Sindicato das Secretárias de Santa Catarina, pedindo a manutenção do ex-presidente da Eletrosul no seu cargo.

Novos Cipeiros

A Cipa da sede da celesc foi renovada. Os titulares são: Luiz Paulo Querino, Jair da Silva, Mauro Miranda, Francisco Maia, Cesário Elias, Mário Maia, Gastão de Assis Filho, Artur Pinto Barros Sobrinho. Os suplentes: Luciana Freitas, Antonio Farias, Carlos Costa, Hércio Estácio, Leonidas Martins, Claudionor Cosmo, Alexandre de Souza e Mauro Xavier.

Plano Bresser

Quem ainda não pegou a procuração com os diretores do Sinergia, referente ao processo do Plano Bresser, é bom se apressar. Orientações com os diretores do seu sindicato, no seu local de trabalho.

LINHA VIVA

Nº 230
24/06/93

Celesc sabota contribuição

Mais uma vez, incentivando o enfraquecimento da categoria, a diretoria da Celesc, segundo informações do DPRH, mandou que não fosse descontada a contribuição confederativa - autorizada em assembléia - dos empregados que a empresa não considera como eletricitários (secretárias, engenheiros, economistas, advogados, etc). O desconto era destinado à continuidade da campanha pela moralização na empresa. Prestem atenção! Isto define a linha que a empresa vai adotar nesta campanha: dividir a categoria eletricitária para melhor barganhar nas negociações coletivas.

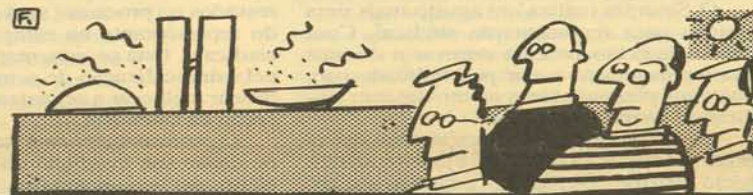
Por isto, hoje, quinta-feira a Intersindical vai discutir este assunto. Os encaminhamentos serão dados em plenárias e assembléias conforme calendário apresentado nesta página.

CNE assina acordo

O Comando Nacional dos Eletricitários e as empresas do grupo Eletrobrás assinaram em Brasília, no dia 21 de junho, a pauta do acordo nacional, pendente desde novembro de 1992, por causa das trocas nas diretorias das subsidiárias e anistia aos dirigentes sindicais. Após a superação destes dois pontos, haviam sido encaminhadas, na semana passada, assembléias em todo Brasil que definiram pela aprovação da pauta.

Ela define a questão da liberação de dirigentes sindicais, anistia, demissões (Eletrobrás afirma que a racionalização não passa pela redução de pessoal e que não haverá intranquilidade nesta área) e reajustes salariais (até seis Salários Mínimos -SM- segue a política oficial. Acima deste valor, em julho reajuste de 75% do FAS - Fator de Atualização salarial - e em setembro 50% do IRSM - Índice de Reajuste do SM).

Delman Ferreira, que participou das negociações resume o acordo da seguinte forma: "foi o possível diante da desmobilização da categoria. Há necessidade de se reverter este



quadro para a campanha 93/94, para que não se acumule mais perdas salariais e se perca garantias sociais já conquistadas. Para os dirigentes ficou claro que a proposta da Eletrobrás define perdas até a próxima database, ou seja quanto vamos perder até lá".

Delman, que permaneceu em Brasília acompanhando com os demais sindicatos e centrais a votação no Congresso da política salarial proposta pelo deputado Paulo Paim (PT/RS), que prevê reajustes mensais até 20 SM, concluiu que: "temos que estar atentos, acompanhando de perto esta votação, porque o Governo está fazendo todo tipo de pressão para que ela não contemple os servidores públicos e os trabalhadores das estatais".

Atendendo a uma solicitação da Intersindical, a nova diretoria da Eletrosul marcou uma reunião para dia 30 de junho, quarta-feira, às 16 horas. Nela serão discutidas, além das questões pendentes da gestão anterior (Plano Bresser, situação da Fundação Elos, sobrepreço na Jorge Lacerda IV, reforma administrativa e periculosidade) a pauta específica do acordo coletivo 1992, que até agora não foram tratadas.



Anote na agenda Celendário da campanha Celesc 93

25/06/93 - 20 horas - Intercel em Videira
26/06/93 - 10 horas - Plenária para montagem de pré-pauta, em Videira
03/07/93 - 10 horas - Plenária para montagem de pré-pauta, em Tubarão e Jaraguá do Sul
12/07 a 16/07/93 - Assembléias dos sindicatos para montagem da PAUTA DE REIVINDICAÇÕES
23/07/93 - 20 horas - Intercel em Lages
24/07/93 - 10 horas - Assembléia Estadual para unificação da PAUTA, em Lages
30/07/93 - Entrega da PAUTA direção da Celesc
05/08/93 - Início das negociações com a empresa.

Floripa sedia reunião sobre energia no Mercosul

No início de julho, Florianópolis sediará a 8ª reunião do Sub Grupo 9 do Mercosul, que discute as questões energéticas. Isto ficou decidido na 7ª reunião, realizada em Montevideu, onde representantes dos trabalhadores dos quatro países definiram como irão se organizar e trabalhar. Estavam presentes a Federação Nacional dos Trabalhadores Luz e Força (Argentina), Sindicato dos Trabalhadores Ande (Paraguai), Sindicato UT (Uruguai) e CUT (Brasil), representada por Mauro Passos.

Eles decidiram que os pontos prioritários para intervenção nas questões energéticas do Mercosul são: tarifas de energia elétrica e seu tratamento tributário; incidência energética em setores produtivos; racionalização, qualidade, produtividade, normas; desenvolvimento tecnológico e; meio ambiente. Definiram trabalhar também, particularmente: acordos coletivos nos quatro países; acordos coletivos internacionais e; impactos sociais em obras binacionais. Ao

Sinergia vai eleger representantes sindicais

O Sinergia realiza em agosto mais uma eleição para representante sindical. Com isto o sindicato procura renovar e discutir sua representação e dar possibilidade para que mais pessoas atuem no movimento sindical de forma organizada.

Cartazes chamando para as eleições já estão sendo confeccionados e junto com eles serão distribuídos folhetos explicativos. No dia 22 de julho, num debate para todos inte-

Brasil coube trabalhar a questão da incidência energética em setores produtivos.

No encontro oficial a posição do governo brasileiro, segundo relato de Mauro Passos, é que, para atender compromisso assumido com o BID e Mercosul, haverá recuperação tarifária. Ela compreende seis incrementos reais de 8% ao mês acima da inflação, (o primeiro já aconteceu em maio). Assim a tarifa brasileira ficará em 67 dólares/megawatt. O governo paraguaio - sabidamente exportador de energia - reafirmou seu desejo em ter uma tarifa subsidiada, no valor de 21 dólares/megawatt. O objetivo é atrair empreendimento industriais para o país.

Um exemplo dos prejuízos da privatização no setor vem da Argentina. Lá todo setor elétrico foi privatizado havendo um aumento tarifário e perda de qualidade dos serviços prestados. Em maio, na Grande Buenos Aires, 140 mil consumidores ficaram sem energia, sendo que em muitos bairros o fornecimento só foi restabelecido depois de dois dias.

ressados no processo, será discutido o papel do representante na categoria e dentro do sindicato. Esta pessoa, responsável também pela sindicalização de seus colegas, deverá buscar melhorar a organização e conscientização da categoria.

O representante sindical tem estabilidade desde sua inscrição no processo até, se eleito, um ano após o final de seu mandato. A seguir o edital das eleições.

Edital de Convocação

Eleição de Representantes Sindicais
O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis - SINERGIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, mediante decisão do Conselho Deliberativo, convoca os associados da entidade para ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES SINDICAIS, a ser realizada no dia 17 de agosto, na Celesc e Eletrosul, nos termos das normas baixadas pelo Conselho Deliberativo do Sindicato. Serão eleitos Representantes Sindicais na Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc e nas Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - Eletrosul, por número de empregados e por local de trabalho, nos termos do Estatuto da Entidade, como segue:

1 - Celesc - 15 eleitos: 4 para o Edifício-sede, 2 para a Agência Florianópolis, 1 para o Almoarifado Central, 1 para Subestações, 1 para Despacho de Carga, 1 para DVOM Florianópolis/Usina Garcia, 1 para Escritório Tijucas, 1 para CEFA, 1 para Biguaçu, 1 para Palhoça, 1 para Santo Amaro da Imperatriz.

2 - Eletrosul - 10 eleitos: 6 para Edifício-sede, 2 para Sertão, 1 para UP Palhoça, 1 para UP Roçado.

Poderão ser candidatos os empregados da Eletrosul e da Celesc, associados até as respec-

Em 1985, a seca foi especialmente dura para o lavrador João Francisco Filho. No sertão de Alagoas, na cidade de São José da Tapera, fevereiro era o segundo mês que acabava sem que João visse a cor do salário. Recebia do governo Cr\$ 250 mil, em valores de hoje, para trabalhar numa frente da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). João Francisco estava desesperado, não sabia mais o que fazer. Um dia, procurou o facão e com ele matou a mulher e os filhos. Depois, dilacerou seus próprios genitais e enfiou o facão na barriga. João não podia suportar o fato de que todos em sua família estavam morrendo de fome.

João Francisco, sua mulher e seus filhos não viveram o bastante para integrar a lista dos 31.679.095 brasileiros classificados como indigentes pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Em 90, essas pessoas tinham uma renda mensal que lhes garantia, na melhor das hipóteses, apenas a aquisição de uma cesta básica de alimentos capaz de satisfazer suas necessidades de nutrição. A fome, que atinge no Brasil uma população em número igual à da Argentina, não é um problema recente, mas só agora começa a se articular um movimento dotado de suficiente envergadura política para afastar os brasileiros da miséria.

Descendência do Movimento pela Ética na Política, que encaminhou a luta pelo impeachment do ex-presidente Fernando Collor no ano passado, os Comitês de Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida estão sendo criados em todo o país desde o mês de maio, com o objetivo de definir ações emergenciais e estratégicas para acabar ou, pelo menos, reduzir a fome e a miséria. "Depois do impeachment, o Movimento pela Ética na Política reuniu-se e concluiu que democracia e miséria são incompatíveis", afirma o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. No próximo dia 25, um conjunto de entidades sindicais, populares, empresariais e eclesiais lança os Comitês de Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida de Florianópolis e do estado de Santa Catarina. O ato público, marcado para as 19h na Assembleia Legislativa, terá a presença do bispo de Caxias (RJ), dom Mauro Morelli.

A história do agricultor João Francisco Filho, contada em uma publicação do Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica (Ibase), é um ato breve na longa tragédia da fome no Brasil. A tragédia acompanha a história brasileira, crescendo um ano após o outro. A pesquisa do Ipea (o "Mapa da Fome") comprova que a fome, no início da década de 90, dissemina-se por todo o território nacional. Metade dos indigentes habitam as cidades, metade vive no campo. Da metade urbana, 70% vivem fora das metrópoles - um índice de miséria surpreendente para as pequenas cidades. Da metade rural, 60% dos famintos se encontram no Nordeste. Bahia, Minas Gerais e Ceará, os estados com maior número de miseráveis, reúnem



Jacques Mick
Folha Sindical/psis Litteris

um terço das pessoas sem renda suficiente para a alimentação.

COISA ANTIGA - "A pobreza no Brasil veio de longe, junto com os colonizadores, desenvolveu-se com as oligarquias locais e se agravou com as chamadas elites dominantes atuais: os grandes proprietários de terra, oligopólios industriais, comerciais, financeiros e internacionais". O diagnóstico é de Herbert de Souza, em artigo publicado recentemente no jornal Primeira e Última, do Movimento pela Ética na Política. "Foi assim que o Brasil se transformou em oitava potência capitalista mundial, com um PIB de 450 milhões de dólares, e no país de maior concentração de riqueza do mundo. Enfim, um país capaz de ter o máximo possível para uma minoria e o mínimo absoluto para sua grande maioria".

O problema não é falta de comida, comprovam os dados do Ipea. Segundo o "Mapa da Fome", na média das safras de grãos brasileiras dos últimos sete anos foram colhidas 59 milhões de toneladas de arroz, feijão, milho e soja, mais do que o suficiente para suprir as necessidades diárias de calorias e proteínas da população. Mas muita coisa é desperdiçada: 9 milhões de toneladas de grãos e 10 milhões de toneladas de frutas e legumes são jogados fora ao ano no Brasil, entre contaminação, armazenamento, embalagem, transporte e comercialização. Segundo a FAO (Organismo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), o desperdício de alimentos chega a 30% da produção. Enquanto se joga fora comida, uma em cada três crianças abaixo de cinco anos apresenta algum tipo de desnutrição - mil bebês morrem de fome por dia.

Além disso, "o problema alimentar reside no descompasso entre o poder aquisitivo de um amplo segmento da população e o custo da aquisição de uma quantidade de alimentos compatível com a necessidade de

alimentação do trabalhador e de sua família", diz o relatório do Instituto. O Brasil tem a segunda maior inflação anual do mundo e amarga o índice amargo de 146 bilhões percentuais de inflação acumulada entre 1980 e 1992. Só nos últimos sete anos, o salário mínimo teve reajustes 162,65% inferiores à inflação calculada pelo Índice do Custo de Vida do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). Falta emprego, também. De acordo com pesquisa do IBGE divulgada em maio, em 92 apenas 51,42% dos trabalhadores tinham carteira assinada, nas seis principais regiões metropolitanas do país. A porcentagem é maior que a registrada entre os anos de 83 a 91. Além disso, apenas 59,38% da população apta ao trabalho estava economicamente ativa. Destes, 21% trabalhavam "por conta própria" - engrossando o caldo da economia informal em mais 5% em nove anos.

Os números são fartos. As famílias 1% mais ricas do país recebem 14,4% do total da renda brasileira - 3% mais do que recebe a metade pobre da população. Trinta e dois milhões de

crianças e adolescentes até 17 anos vivem em famílias com renda inferior a meio salário mínimo (Cr\$ 1,65 milhão), segundo o IBGE. Pior do que os índices, é a mentalidade de casa-grande-e-senzala: "Há um cinismo generalizado no espírito do brasileiro", diz Herbert de Souza. "No fun-

Cidadania - mais de 100 já foram inaugurados em estados, municípios ou comunidades - têm atuação não-governamental e vivem a possibilidade de se constituir num "grande movimento nacional que pretende mudar o rumo do país e transformar o ação de emergência deve estar articulada com propostas que resolvam o problema", diz Flávio. As reformas estruturais começam a ser planejadas agora pelo Consea, envolvendo projetos de médio e longo prazos, como a realização da reforma agrária, a redução dos preços dos produtos que compõem a cesta básica, a definição de políticas de geração de empregos e de aumento do poder de compra dos salários. Aos comitês caberá a tarefa de fiscalizar e pressionar as ações governamentais, além de auxiliar a implantação dos programas de combate à fome e à miséria. "É um movimento comparável ao da Anistia - só acaba quando a fome acabar", afirma o médico.

APOIO - O Consea tem contado com o apoio do governo. Sete ministros participaram da última reunião do Conselho, nos dias 18 e 19 em Brasília - incluindo o da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso -, e garantiram que não haverá cortes nos orçamentos destinados aos programas de combate à fome e à miséria para 93, apesar das determinações do "Plano Verdade". Os principais programas mantidos são o de reforma agrária (que prevê o assentamento imediato de 20 mil famílias), habitação popular e merenda escolar. Segundo Flávio Valente, essa fatia do orçamento corresponde a cerca de US\$ 4 bilhões. A intenção do Conselho, a partir da metade deste ano, é definir um plano nacional de investimentos para combater as raízes da fome e da miséria articulando verbas dos diversos ministérios, para que não haja desperdício de recursos. O Conselho solicitou ao governo a realiza-



Existe produção, desperdício, inflação e fome. Que país é esse?

ção de levantamentos para aferir com precisão o tamanho dos estoques de alimentos e as verbas disponíveis para a geração de empregos nas carteiras de financiamento dos bancos públicos, entre outras informações que subsidiarão a elaboração do plano.

De imediato, o governo pretende, através do Ministério do Trabalho, ampliar o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Apenas 40 mil, das 500 mil empresas disponíveis no setor, estão cadastradas para receberem os tickets-alimentação. Outra prioridade é a criação de restaurantes populares, em iniciativa conjunta do governo, comunidades, Consea e empresas. "Este é um Conselho de guerra", diz Betinho, que recomenda: "A única garantia de que o governo vai continuar priorizando o Consea é se a sociedade criar um grande movimento nacional para empurrar o governo. Se tiver que doer ao governo, vai doer". Como em

João Francisco Filho, a fome já doeu em muita gente.



Aposentadoria por tempo de serviço

Hélio Coimbra
Diretor do Sinergia

Com relação à Tribuna Livre assinada por mim no Linha Viva nº 228, de 03.06.93, necessário se fazem alguns esclarecimentos em face de questionamentos levantados por alguns leitores:

Primeiro, quero deixar claro que sou favorável tanto a aposentadoria por tempo de serviço, como também a aposentadoria especial. Tenho críticas, no entanto, à atual lei de aposentadoria por tempo de serviço, que, por exemplo, discrimina os trabalhadores rurais. Creio ser indispensável também, analisar a Fórmula 95, projeto de aposentadoria defendido pelo Ministro da Previdência Social, Antônio Brito. O mecanismo desta Fórmula 95 é o seguinte: soma-se a idade do contribuinte com o total de anos trabalhados e para ter direito a aposentadoria, o resultado tem que dar 95.

Para melhor entender esta proposta tomamos como exemplo três casos de trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho com 15, 19 e 25 anos respectivamente:

- quem começou trabalhando com 15 anos vai precisar trabalhar 40 anos para se aposentar (15+40=55 anos de idade + 40 anos de serviço=95).

- já quem começou com 19 anos vai precisar trabalhar 38 anos para se aposentar (19+38=57 anos de idade + 38 de serviço=95).

- por último, quem começou com 25 anos vai precisar trabalhar 35 anos para se aposentar (25+35=60 anos de idade + 35 de serviço=95).

Diante destes números, algumas conclusões podem ser tiradas. Esta Fórmula 95, desconhece a cruel realidade social do país, onde, por completa necessidade, pré-adolescentes são forçados a participarem de um mercado de trabalho sub-humano, que os suga ao ponto de desnutri-los para sempre, obrigando justamente estas pessoas a trabalharem o maior número de anos para atingir a sonhada aposentadoria.

Também é verdadeira a conclusão que a expectativa de vida deste contingente de trabalhadores está abaixo da média nacional em função das precárias condições de vida a que estão submetidos. Para tais pessoas a aposentadoria é um triunfo sobre a morte, em geral precoce!

Pode-se portanto afirmar que esta Fórmula 95 proposta pelo Governo, além de discriminatória é socialmente injusta. É discriminatória ao permitir diferentes tempos de serviço para se atingir a aposentadoria. É sabidamente injusta, ao desconsiderar as diferentes expectativas de vida em função das nossas gritantes diferenças sociais.

O Governo, ao que tudo indica, pretende com esta medida reduzir ao máximo o tempo de vida útil do cidadão dentro da estrutura de previdência. Ou, em outras palavras, olhar o aposentado como o próprio "Pé na Cova".

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Rosemeri Dolor Silveira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scomazzon (DRT/RS4966). Ilustrações: Frank Maço. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: Gráfica do Jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Florianópolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

VENDA DE MULHERES

A indústria da
prostituição e
pornografia na
América Latina e
Caribe



Irene León
Ag. Latinoamericana de Notícias
Ipsis Litteris

A inserção das mulheres no contexto sócio econômico se modificou consideravelmente com o processo mundial de modernização capitalista. Apesar disso, a rearticulação da mão de obra tende a seguir os padrões sexistas da divisão de trabalho, mantendo a segregação econômica segundo o gênero. Isto significa que, embora as mulheres estejam ingressando em maior número no mercado de trabalho, se orientam majoritariamente para setores e tarefas vinculadas com as mesmas funções domésticas, ou a esferas associadas com o estereótipo feminino, onde predominam a utilização do corpo e dos "saberes femininos".

Apesar das mulheres efetuarem dois terços do total de horas de trabalho no mundo, se beneficiam tão somente de 10% da totalidade de receitas e salários e de menos de 1% das propriedades; e independentemente do nível de formação profissional, o desemprego e o subemprego são permanentes.

Na América Latina e Caribe, as mulheres detêm, quase exclusivamente, a responsabilidade da subsistência econômica e sócio-afetiva de suas famílias. A família encabeçada por uma mulher, e os pais que possuem filhos com várias mulheres, constituem a figura mais frequente na maioria de países da região, o que obriga as mulheres a manterem-se em constante atividade, a gerar receitas fixas e a driblar, com criatividade, os efeitos da crise.

O êxodo das mulheres para os centros urbanos regionais e para o norte, e a sua predominância no setor informal, são sintomas da aplicação desajustada de um modelo de desenvolvimento que se sustenta na verticalidade de gênero, cabendo aos homens o centro das atividades sócio-econômicas, apesar de que, na realidade, sejam principalmente as mulheres que asseguram a sobrevivência coletiva.

MULHER MERCADORIA

De acordo com esses mesmos critérios, neste processo de desenvolvimento desigual, se tem redefinido as funções sócio-econômicas das mulheres, particularmente aquelas relativas ao corpo, chegando a considerar o corpo feminino como mercadoria associada a um produto, como ator privilegiado da produção e consumo, e finalmente, como próprio objeto de consumo. E, neste sentido, desde a utilização publicitária até a venda de mulheres, passando pela pornografia, respondem a mesma lógica: a coisificação das mulheres e a consequente assimilação de seu valor mercantil.

Para milhares de adolescentes e mulheres, o mercado de trabalho sexual se tem aberto como uma alternativa ao subemprego e ao desemprego vigentes. Os mitos criados em torno da rentabilidade escondem a exploração e a violência que caracteriza este tipo de trabalho.

NOIVA POR CATÁLOGO

Uma vez catalogadas como objetos mercantis, e de acordo com as demandas de segregação étnica e sócio-econômica, as mulheres passam a ser comercializadas de maneira igual a qualquer produto, se selecionam, se exportam, se alugam, se vendem mulheres e meninas segundo critérios definidos no jogo da oferta e procura. Este mercado tem principalmente duas vertentes:

a) A exportação e venda de mulheres e meninas para o trabalho doméstico privado e seus derivados - que geralmente incluem também serviços sexuais.

b) O trabalho sexual propriamente dito, que inclui a exportação, tráfico, venda, aluguel de mulheres e meninas para efetuar trabalhos sexuais de diversos tipos.

Ainda que estes dois setores apareçam como campos diferenciados, compartilham um ponto de partida comum: a coisificação e a exploração das mulheres.

Em muitos casos as funções domésticas e sexuais são indissociáveis, como acontece com a venda de noivas por catálogo, quando se vendem mulheres caribenhas e latinoamericanas para casarem-se com homens - especialmente agricultores - europeus e assumir as responsabilidades produtivas e sexuais consideradas como inerentes a dita função. Vende-se o estereótipo da sensualidade em meio a submissão, a dependência e a capacidade para enfrentar trabalhos rudes - contrários liberação ocidental - atribuído s mulheres da região.

O custo aproximado da venda de noivas é de 5 mil dólares, dos quais as mulheres recebem raramente um percentual mínimo que serve para reembolsar os gastos da viagem. Elas terminam frequentemente sequestradas e mercê de abusos em terras estrangeiras, muitas vezes sem entender o idioma e crendo-se culpadas por sua sorte.

INCENTIVO MILITAR

A presença de bases militares na região tem incrementado não somente o comércio sexual vinculado a este setor como também tem permitido o desenvolvimento da relação consumista do sexo para a sociedade civil, "como é o caso da prostituição transnacional, um produto de manipulação geopolítica e econômica das mulheres" como objetos de prazer e de lucro. "Os homens dos grupos dominantes do Norte e do Sul se divertem e enriquecem s custas das mulheres dos setores mais pobres", afirma a socióloga Andrée Michel.

A presença de base militares dos EUA cria uma alta demanda de serviços sexuais que inclui a criação de lugares próximos de "descanso e de entretenimento" para os soldados; em Curazao, por exemplo, a grande presença de marinheiros e sua qualidade de porto internacional tem gerado uma verdadeira máquina econômica relacionada ao comércio sexual; ali se comercializam mulheres, principalmente da Colômbia e República Dominicana.

A presença militar e o trabalho sexual são vistos como indissociáveis nos países militarizados como Panamá, onde uma boa parte da população feminina tem que trabalhar no suprimento de bens e serviços destinados aos ocupantes norte-americanos.

Além disso, se uma parte das mulheres e adolescentes trabalham 'voluntariamente' ou por necessidade na demanda de serviços sexuais, outra parte é comercializada contra sua vontade. Em Honduras, por exemplo, jovens camponesas entre 12 e 15 anos, são vendidas contra sua vontade a proprietários de bordéis que têm por função satisfazer as necessidades dos soldados norte-americanos e hondurenhos da base de Palmerola, o quartel-geral das bases militares dos EUA, que realizam manobras neste país desde 1983. O preço é de 250 dólares para a compra de uma menina, que produz uns 50 mil dólares, sem contar os benefícios obtidos pela venda de bebidas, insiste Andrée Michel.

Na próxima semana, o
"turismo sexual" com apoio,
velado ou não, dos governos

**UMA
VIVA**